

ATOS ASSINADOS PELO DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS: - no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo inciso II, do artigo 1º, da Resolução nº 3.806, de 10/03/2005, avocada pelo inciso III, do artigo 1º, do Decreto Estadual n. 36.885, de 23/05/1995, resolve:

1 CONSIDERANDO QUE: 1.1 o n.142.643-6, CB QPPM ROBERT SALLES OLIVEIRA, do 65º BPM, foi aprovado no concurso público de Delegado de Polícia Civil de Minas Gerais; 1.2 a Lei Complementar Estadual n. 28, de 16 de julho de 1993, em seu art. 1º estabelece as providências para o militar que aceitar cargo público permanente, com a seguinte redação: Artigo 1º - O militar da ativa da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que aceitar o cargo ou emprego público permanente será, a partir da data da publicação desta Lei, transferido para a reserva não remunerada. 2 RESOLVE: 2.1 TRANSFERIR, o n.142.643-6, CB QPPM ROBERT SALLES OLIVEIRA, do 65º BPM, compulsoriamente, para o Quadro de Praças da Reserva não Remunerada, a partir de 13 de dezembro de 2019; 2.2 determinar ao Centro de Administração de Pessoal que adote as seguintes medidas: 2.2.1 publicar o presente ato no Diário Oficial “Minas Gerais” e Boletim Geral da Polícia Militar; 2.2.2 encaminhar o presente ato para a Seção de Arquivo e Microfilmagem do Centro de Gestão Documental, para arquivamento em sua pasta funcional.

1 CONSIDERANDO QUE: 1.1 o n.130376-7, SD 1º CL QPPM JANAINA LEITE MOREIRA, do CICOP, foi aprovado no concurso público de Agente de Polícia do Estado de Minas Gerais; 1.2 a Lei Complementar Estadual n. 28, de 16 de julho de 1993, em seu art. 1º estabelece as providências para o militar que aceitar cargo público permanente, com a seguinte redação: Artigo 1º - O militar da ativa da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que aceitar o cargo ou emprego público permanente será, a partir da data da publicação desta Lei, transferido para a reserva não remunerada. 2 RESOLVE: 2.1 TRANSFERIR, o n.130376-7, SD 1º CL QPPM JANAINA LEITE MOREIRA, do CICOP, compulsoriamente, para o Quadro de Praças da Reserva não Remunerada, a partir de 20 de julho de 2007; 2.2 determinar ao Centro de Administração de Pessoal que adote as seguintes medidas: 2.2.1 retificar a publicação do Diário Oficial conforme o “Minas Gerais” nº 27 de 13 de fevereiro de 2008; 2.2.2 publicar o presente ato no Diário Oficial “Minas Gerais” e Boletim Geral da Polícia Militar; 2.2.3 encaminhar o presente ato para a Seção de Arquivo e Microfilmagem do Centro de Gestão Documental, para arquivamento em sua pasta funcional.

1 CONSIDERANDO QUE: 1.1 o n.170.654-8, SD 1º CL QPPM PAMELA RIBEIRO DE MATOS, do 21º BPM, foi aprovado no concurso público de Investigador de Polícia I, data prevista para termo de posse 31 de julho de 2019; 1.2 a Lei Complementar Estadual n. 28, de 16 de julho de 1993, em seu art. 1º estabelece as providências para o militar que aceitar cargo público permanente, com a seguinte redação: Artigo 1º - O militar da ativa da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que aceitar o cargo ou emprego público permanente será, a partir da data da publicação desta Lei, transferido para a reserva não remunerada. 2 RESOLVE: 2.1 TRANSFERIR, o n.170.654-8, SD 1º CL QPPM PAMELA RIBEIRO DE MATOS, do 21º BPM, compulsoriamente, para o Quadro de Praças da Reserva não Remunerada, a partir de 01 de agosto de 2019; 2.2 determinar ao Centro de Administração de Pessoal que adote as seguintes medidas: 2.2.1 publicar o presente ato no Diário Oficial “Minas Gerais” e Boletim Geral da Polícia Militar; 2.2.2 encaminhar o presente ato para a Seção de Arquivo e Microfilmagem do Centro de Gestão Documental, para arquivamento em sua pasta funcional.

1 CONSIDERANDO QUE: 1.1 o n.174633-8, SD 2º CL QPPM WESLEY AVELINO PONTES, da APM, foi aprovado no concurso público de Investigador de Polícia I, data prevista para termo de posse 26 de janeiro de 2018; 1.2 a Lei Complementar Estadual n. 28, de 16 de julho de 1993, em seu art. 1º estabelece as providências para o militar que aceitar cargo público permanente, com a seguinte redação: Artigo 1º - O militar da ativa da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que aceitar o cargo ou emprego público permanente será, a partir da data da publicação desta Lei, transferido para a reserva não remunerada. 2 RESOLVE: 2.1 TRANSFERIR, o n.174633-8, SD 2º CL QPPM WESLEY AVELINO PONTES, da APM, compulsoriamente, para o Quadro de Praças da Reserva não Remunerada, a partir de 22 de janeiro de 2018; 2.2 determinar ao Centro de Administração de Pessoal que adote as seguintes medidas: 2.2.1 publicar o presente ato no Diário Oficial “Minas Gerais” e Boletim Geral da Polícia Militar; 2.2.2 encaminhar o presente ato para a Seção de Arquivo e Microfilmagem do Centro de Gestão Documental, para arquivamento em sua pasta funcional.

1 CONSIDERANDO QUE: 1.1 o n.174.954-8, SD 2º CL QPPM Gabriel Rodrigues Garcia Lima Freire, do 48º BPM, foi aprovado no concurso público de Agente Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul; 1.2 a Lei Complementar Estadual n. 28, de 16 de julho de 1993, em seu art. 1º estabelece as providências para o militar que aceitar cargo público permanente, com a seguinte redação: Artigo 1º - O militar da ativa da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que aceitar o cargo ou emprego público permanente será, a partir da data da publicação desta Lei, transferido para a reserva não remunerada. 2 RESOLVE: 2.1 TRANSFERIR, o n.174.954-8, SD 2º CL QPPM Gabriel Rodrigues Garcia Lima Freire, do 48º BPM, compulsoriamente, para o Quadro de Praças da Reserva não Remunerada, a partir de 17 de junho de 2020; 2.2 determinar ao Centro de Administração de Pessoal que adote as seguintes medidas: 2.2.1 publicar o presente ato no Diário Oficial “Minas Gerais” e Boletim Geral da Polícia Militar; 2.2.2 encaminhar o presente ato para a Seção de Arquivo e Microfilmagem do Centro de Gestão Documental, para arquivamento em sua pasta funcional.

23 1338259 - 1

EXTRATO Solução Sindicância Administrativa - SA nº 114031/19-CTPM, servidor nº 1691757, P.N.I., vislumbrou indícios para instauração de Processo Administrativo Disciplinar PAD nos termos do art. 2016, inc VI, da Lei 869/52. Karla Fernanda de Oliveira Moraes, Comandante do CTPM, Belo Horizonte. Belo Horizonte, 17 de março de 2020.

23 1338354 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: Wagner Pinto de Souza

Expediente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMAÇÕES E INTELIGÊNCIA POLICIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE MINAS GERAIS
*Republica-se em razão de incorreção
*PORTARIA Nº 001 DE 18 DE MARÇO DE 2020
Dispõe sobre as isenções de taxa de pagamento no acesso a 2ª e demais vias da documentação civil – Carteira de Identidade, em casos de hipossuficiência de renda.
A Diretora do Instituto de Identificação de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 17, §§ 3º e 7º; 46, I, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013 e considerando o teor do Decreto Federal nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018 e do Decreto Estadual nº 38.886, de 1º de julho de 1997, no tocante à emissão de carteiras de identidade, sem recolhimento da taxa de segurança pública;
Considerando a necessidade de simplificar, padronizar e garantir um adequado atendimento ao público, no processo de expedição de carteira de identidade civil no Estado de Minas Gerais, seja em Postos de Identificação, em Unidades de Atendimento Integrado – UAIs ou durante a realização de Ações Sociais e Comissões Volantes:
Resolve:
Art. 1º Determinar o cumprimento das disposições contidas no Decreto Federal nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018 e no Decreto Estadual nº 38.886, de 1º de julho de 1997, no que se referem às hipóteses de gratuidade da carteira de identidade descritas a seguir:
§ 1º - É gratuita a primeira emissão da Carteira de Identidade, nos termos da Lei 7.116, de 29 de agosto de 1983.
§2º - Fica isenta da taxa, a emissão da 2ª via, ou demais vias, da Cédula de Identidade, quando do furto ou roubo do documento original, sendo exigida a apresentação do Registro de Evento de Defesa Social – REDS.

I - A isenção a que se refere esta hipótese se aplica às demais vias sempre que devidamente comprovada a ocorrência do fato, pelo pertinente Registro de Evento de Defesa Social – REDS.
II - A solicitação de uma nova via de carteira de identidade, com o benefício de isenção da respectiva taxa, deverá ocorrer dentro do prazo de 30 dias, após a ocorrência do fato e não do seu registro.
III - Na hipótese de ocorrência de furto ou roubo em local diverso de Minas Gerais, que tenha sido registrado na localidade do fato, deverá constar o número do boletim de ocorrência original no histórico do REDS realizado em Minas Gerais.
IV – O REDS deverá ter como “Natureza” do fato, “Furto” ou “Roubo”, e a Carteira de Identidade ser relacionada nos documentos cadastrados.
V – Nos Postos de Identificação com acesso ao REDS, fica esse responsável para consultar e confirmar as informações, sendo o requerente dispensado de apresentar o aludido documento.
§ 3º - Em todas as situações a gratuidade será concedida de ofício pelo servidor competente para fornecer o documento ou praticar o ato, mas não dispensa o requerente do cumprimento das formalidades e da apresentação dos documentos exigidos.
Art. 2º - É gratuita a emissão da Carteira de Identidade em razão de erro na digitação do RG, constatado em até 30 dias, a partir da data de emissão do documento, em consonância com o princípio da autotutela, pelo qual a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos.
Parágrafo Único – A gratuidade em razão de erro na digitação será concedida de ofício pelo servidor competente para fornecer o documento ou praticar o ato, mas não dispensa o requerente do cumprimento das formalidades e da apresentação dos documentos exigidos para a confecção da carteira de identidade que contém a digitação equivocada, com vista à nova conferência.
Art.3º A emissão da Carteira de Identidade nos casos de hipossuficiência de renda, será concedida de forma gratuita pelo Instituto de Identificação de Minas Gerais aos cidadãos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), cuja renda familiar mensal per capita seja de até meio salário mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até três salários mínimos, conforme previsto no art. 4º, incisos I e II, do Decreto Federal nº 6.135 de 26 de junho de 2007.
I - Para fins de comprovação da inscrição no CadÚnico, o requerente deverá apresentar documento comprobatório – Folha Resumo, devidamente assinado e carimbado por servidor efetivo vinculado ao CRAS que prestou o atendimento.
II - Caso no momento da inscrição no CadÚnico não seja possível a emissão da Folha Resumo, o requerente deverá apresentar documento hábil em comprovar sua situação, emitido pelo órgão responsável por aquela.

Art. 4º Em casos de impossibilidade de realização de inscrição no CadÚnico, o (a) requerente deverá apresentar o Formulário constante no Anexo I desta Portaria, devidamente preenchido e assinado por profissional vinculado ao órgão emitente.
§1º - Os (as) requerentes impossibilitados (as) de realização de inscrição no CadÚnico, também deverão atender aos critérios de renda constantes no artigo 1º.
§2º Considera-se impossibilitado de realização de inscrição no CadÚnico:

I - Pessoas em contexto de acolhimento institucional pela administração pública ou em entidades conveniadas a essa.
II – Pessoas internadas em unidades públicas de saúde e que não tenham condições de responder pela inscrição no CadÚnico.
III - Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado ou semi-aberto;
IV - Indivíduo privado de liberdade custodiado pelo sistema prisional;
V- Pessoas acima de 18 anos que não possuem inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) em acompanhamento familiar pelo serviço de Proteção e Atenção Integral a Família - PAIF ou serviço de proteção especializado para famílias e indivíduos.
Art. 5º Os casos omissos relativos à atuação das Comissões Volantes e/ou Ações Sociais, serão resolvidos pela Direção do Instituto de Identificação.
Art. 6º Revoga-se a Portaria Nº 03/2019.
Publique-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 18 de março de 2020.

Adriana de Barros Monteiro

Diretora do Instituto de Identificação

23 1338555 - 1

ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL
PORTARIA Nº. 045/DPP/ACADEPOL/PCMG/2020
Designa Equipe Didático-Pedagógica do II Curso de Capacitação para Identificação de Armas de Fogo – EAD.
A Diretora da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, em observância ao que preceituam o art. 140, § 1º da Constituição Estadual de Minas Gerais, o art. 36, da Lei Complementar nº 129 de 08/11/2013 - LOPC e demais legislações vigentes, resolve designar os servidores abaixo referenciados, sem prejuízo das atribuições dos respectivos cargos e funções, como membros da Equipe Didático-Pedagógica do II Curso de Capacitação para Identificação de Armas de Fogo – EAD a saber:

Órgão Promotor e Executor:	Academia de Polícia Civil de Minas Gerais – ACADEPOL
Público Alvo:	Servidores das carreiras de Delegado de Polícia - Curso II; Escrivão de Polícia; Investigador de Polícia – Módulo VIII.
Modalidade:	Ensino a Distância (EAD)
Endereço Eletrônico:	Plataforma EAD: http://ead.policia-ci-vil.mg.gov.br
Carga Horária:	20 horas/aula
Período:	23 a 27 de março de 2020
Nº do Projeto:	36/20
Prova Final:	27 de março de 2020, de 15h30min às 17h30min (online)

Equipe Didático-Pedagógica:	
Nome	MASP
Coordenadora-Geral	
Cinara Maria Moreira Liberal	381.129-6
Subcoordenador-Geral	
Alcides Costa	294.474-2
Coordenadora Didático-Pedagógica	
Rita Rosa Nobre Mizerani	349.306-1
Coordenadores Técnicos	
Chearlys Demetrius Vieira	342.296-1
Giovani Antônio de Carvalho	294.573-1
Lucimeire Realina Nunes	343.847-0
Magna de Oliveira	340.610-5
Instrutor Técnico	
Thiago de Lima Machado	546.543-0
Monitores/Tutores	
Ana Honorato da Silva Santos	1.117.391-1
Anderson Luiz Fernandes Feitosa	1.413.086-8
Bruno Carmo Freire	1.256.050-4
Claudio Soares Quintão	458.113-8
Daniel Gonçalves Santos	1.174.294-7
Fernanda Pinto Bethônico	1.241.948-7
Jéssica Barros Pedroni	1.427.302-3
Leonardo Fernando Lage	458.297-9
Lucrécia Nonata dos Anjos	272.420-1
Melquiasdes Henrique de Melo Filho	667.698-5
Plínio Nunes Lacerda	1.412.598-3
Raisny Junia Paula Rodrigues	458.351-4
Rodrigo de Souza Alves Ferreira	1.189.445-8
Rosa Leisa Cordeiro Moura	387.407-0
Saulo Moisés Santos Matos	1.205.375-7
Sidney Lagares Mendes da Silva	458.384-5

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em

Belo Horizonte, aos 23 de março de 2020.

Cinara Maria Moreira Liberal

Delegada-Geral de Polícia

Diretora da Academia de Polícia Civil

23 1338561 - 1

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretária: Ana Maria Soares Valentini

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Diretor-Geral: Thales Almeida Pereira Fernandes

PORTARIA IMA Nº 1.968, DE 20 DE MARÇO DE 2020. IDENTIFICA A REGIÃO DO JAÍBA COMO PRODUTORA DE FRUTAS.

O Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, Inciso I, combinado com o art. 2º, inciso II e o art. 28, inciso X do Regulamento baixado pelo Decreto Estadual nº 47.859, de 07/02/2020 e, Considerando os registros históricos e a caracterização e delimitação da área produtora de frutas na Região do Jaiba realizados por Welge e Gonçalves Advogados Associados e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, RESOLVE:

Art. 1º - A Região do Jaiba é a área geográfica delimitada que possui 18.007,587 km², abrangendo a totalidade dos municípios de Jaiba, Janaúba, Matias Cardoso, Porteirinha, Nova Porteirinha, Verdelândia, Pedras de Maria da Cruz e Capitão Enéas, e parte dos municípios de São Francisco, Januária, Itacarambi, Manga e Montes Claros, conforme mapa anexo.

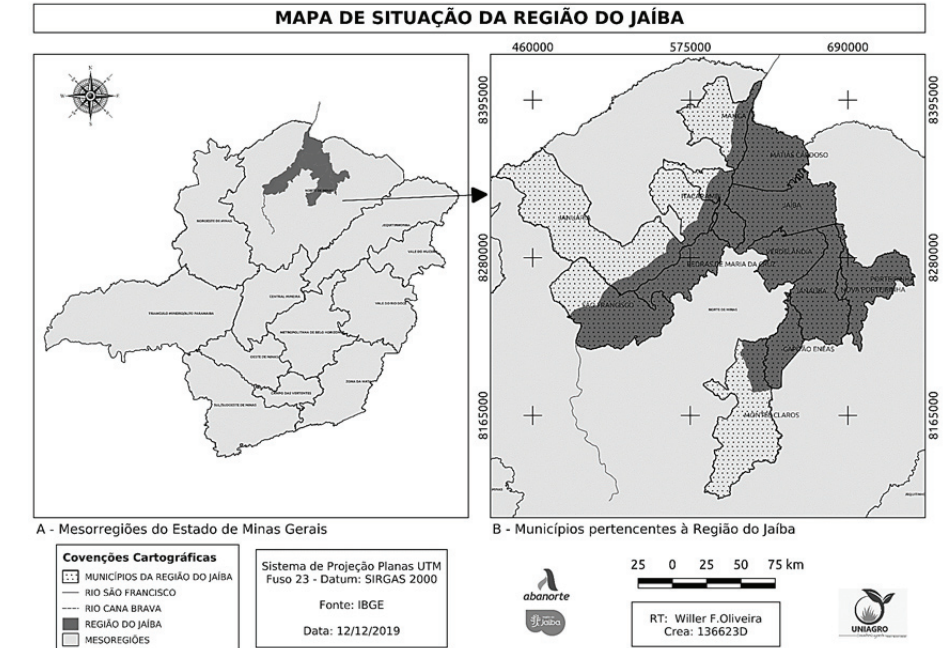
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 20 de março de 2020.

Thales Almeida Pereira Fernandes

Diretor-Geral

ANEXO ÚNICO



23 1338545 - 1

ATO Nº 144/2020
TORNA SEM EFEITO O ato nº 142/2020, publicado em 21-03-2020, de progressão na carreira, por ter sido publicado indevidamente.
THALES ALMEIDA PEREIRA FERNANDES

23 1338244 - 1

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Secretário: Marcelo Landi Matte

Expediente

AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003, aosservidores: Masp346494-8,ANGELO LUIZ REZENDE, por 01mês,referente ao 4º quinquênio, a partir de 01/04/2020; Masp359235-9,LUIZ ANTONIO DA CRUZ,por 02meses,referente ao 6º quinquênio, a partir de02/04/2020; Masp 1176727-4,GRAZIELLE ALICE SANTIAGO, por 01 mês, referente ao 2º quinquênio, a partir de 19/03/2020; Masp 1365710-1,RENAN RIBEIRO XAVIER, por 01 mês, referente ao 1ºquinquênio, a partir de 20/03/2020; Masp 905061-8,RODRIGO JACINTO DE DEUS, por 01 mês, referente ao 5ºquinquênio, a partir de 20/03/2020; CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, aosservidor, Masp 1384373-5, DIOGO DE PAIVA OLIVEIRA TAROCO, cargo ATV1 B,referente ao 1º quinquênio de exercício , a partir de 18/02/2020.

Atos da Chefe de Gabinete

MARINA EMEDIATO LARA CARVALHO

20 1338030 - 1

Instituto de Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA

Presidente: Michele Abeu Arroyo

O Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, AUTORIZA O AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22 de 25/4/03 ao servidor JASON BARROSO SANTA ROSA, MASP. 1.016.758-3, Analista de Gestão, Proteção e Restauro, por 02 (dois) meses, referentes ao 2º (segundo) e 3º (terceiro) meses do 6º (sexto) quinquênio, a partir de 02 de março de 2020.

Belo Horizonte, 23 de março de 2020.

LUIZ GUILHERME MELO BRANDÃO

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

23 1338260 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320200323231059019.

10 – TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2020

§ 1º As tarifas referem-se ao gás fornecido nas condições estabelecidas na Resolução SEDE 21, de 13 de novembro de 2019, art. 9º, § 1º.

§ 2º - As tarifas expressas na Tabela contida nos Anexo II desta Resolução são para pagamento à vista, e estão sujeitas à incidência de tributos, quando aplicáveis, na forma da legislação específica, além de encargos financeiros contratuais, observados, quanto a estes últimos, os parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 1º da Resolução SEDE 36, de 22 de dezembro de 2008.

§3º - As tarifas promocionais expressas no Anexo 2 somente poderão ser aplicadas pela GASMIG, impreterivelmente, até a data de 30 de abril de 2020, autorizando-se que as diferenças entre os valores das tarifas promocionais e das tarifas aprovadas no Art. 1º sejam computadas na Conta Compensatória, a ser futuramente revertida em componente da tarifa de gás canalizado.

Art. 3º - A partir da data de vigência desta Resolução, as tarifas expressas nas Tabelas contidas no Anexo I desta Resolução servirão de referência para o cálculo das tarifas que vigorarão subsequentemente em decorrência de variações, para mais ou para menos, do custo do gás adquirido pela GASMIG e, quando for o caso, do custo de distribuição.

Art. 4º - Em conformidade com o disposto na cláusula décima quarta, especialmente no item 14.4 do Contrato de Concessão, a qualquer tempo a Concessionária poderá solicitar ao Poder Concedente a revisão ou reajuste extraordinário dos valores das tarifas fixados nesta Resolução.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.
FERNANDO PASSALIO DE AVELAR
Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico

ANEXO 1		
Tarifas e cascatas, referentes a 30 dias.		
Devem ser proporcionalizadas para períodos diferentes.		
Industrial (IND-01)		R\$/m³
Demanda		0,2590
Sobredemanda		2,9466
Faixas de consumo em m³		
1	12.500	2,6876
12.501	50.000	1,8143
50.001	250.000	1,7712
250.001	750.000	1,7561
750.001	1.500.000	1,7388
1.500.001	3.000.000	1,7227
3.000.001	4.500.000	1,6796
4.500.001	7.000.000	1,6205
7.000.001	999.999.999	1,5863

Comercial e Industrial de Menor Consumo (CI-01)		Fixo (R\$)	Variável (R\$/m³)
Faixas de consumo em m³			
0	50	64,4448	3,8845
51	150	66,2766	3,8479
151	300	93,7534	3,6647
301	600	203,6608	3,2983
601	1.000	225,6423	3,2617
1.001	2.000	701,9079	2,7854
2.001	5.000	915,2901	1,9417
5.001	15.000	1.449,6313	1,8248
15.001	25.000	2.200,8407	1,7780
25.001	999.999.999	3.369,5230	1,7313

Cogeração e Climatização (COG-01/CLI-01)		Fixo (R\$)	Variável (R\$/m³)
Faixas de consumo em m³			
1	5.000	117,4727	1,8748
5.001	10.000	257,6672	1,8468
10.001	150.000	538,0564	1,8187
150.001	300.000	2.640,9750	1,8047
300.001	1.000.000	6.846,8121	1,7907
1.000.001	999.999.999	20.866,2692	1,7767

Residencial Individual (RIND-01)		Fixo (R\$)	Variável (R\$/m³)
Faixas de consumo em m³			
0	1	8,2932	0,0000
2	7	9,0230	4,5018
8	16	11,3942	3,7075
17	41	13,1740	3,6308
42	200	23,8882	3,4433
201	9.999.999	43,2326	3,3244

Residencial Coletivo (RCOL-01)		Fixo (R\$)	Variável (R\$/m³)
Faixas de consumo em m³			
0	150	104,8764	4,0068
151	700	188,3597	3,4503
701	2.000	309,3072	3,2775
2.001	9.999.999	1.337,6598	2,7634

Segmento	Faixa Única (R\$/m³)
Veicular (GNV-01)	1,8553
Gás Natural Comprimido e Liquefeito (GNC-01/GNL-01)	1,5338
Geração Térmica (GT-01)	0,0898

ANEXO 2

Tarifas e cascatas promocionais referente a 30 dias.

Devem ser proporcionalizadas para períodos diferentes.

IND-01		R\$/m³
Demanda		0,2590
Sobredemanda		2,7877
Faixas de consumo em m³		
1	12.500	2,5287
12.501	50.000	1,6554
50.001	250.000	1,6123
250.001	750.000	1,5972
750.001	1.500.000	1,5799
1.500.001	3.000.000	1,5638
3.000.001	4.500.000	1,5207
4.500.001	7.000.000	1,4616
7.000.001	999.999.999	1,4274

Cogeração e Climatização (COG-01/CLI-01)		Fixo (R\$)	Variável (R\$/m³)
Faixas de consumo em m³			
1	5.000	117,4727	1,7159
5.001	10.000	257,6672	1,6879
10.001	150.000	538,0564	1,6598
150.001	300.000	2.640,9750	1,6458
300.001	1.000.000	6.846,8121	1,6318
1.000.001	999.999.999	20.866,2692	1,6178

Segmento	Faixa Única (R\$/m³)
Veicular (GNV-01)	1,6964
Gás Natural Comprimido e Liquefeito (GNC-01/GNL-01)	1,3749

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

PORTARIA CONJUNTA FAPEMIG/UNIMONTES Nº 1/2020

Delega competência a servidor para ordenar despesas no âmbito da Unidade Executora 2070.013 (FAPEMIG/UNIMONTES)

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG e o REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto nos arts. 21 a 23 do Decreto n. 37.924/1996, no art. 4º, incisos V e VI, art. 5º, inciso VI e art. 6º do Decreto 46.304/2013, RESOLVEM: Art. 1º – Delegar ao servidor da Universidade Estadual de Montes Claros, Pablo Diego Rodrigues Soares, MASP 1.281.652-6, competência para ordenar despesas, como suplente, no âmbito da unidade executora 2070.013 – FAPEMIG/UNIMONTES, vinculada à unidade orçamentária 2071.

Art. 2º – Ficam ratificadas as designações da Portaria Conjunta FAPEMIG/UNIMONTES nº 01/2017, publicada em 23 de fevereiro de 2017.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, data de assinatura 23 de março de 2020.

Prof. Evaldo Ferreira Vilela - Presidente da FAPEMIG.

Prof. Antonio Alvimar Souza - Reitor da UNIMONTES.

23 1338418 - 1

PORTARIA CONJUNTA FAPEMIG/PMMG Nº 2/2020

ALTERA ORDENADOR DE DESPESAS TITULAR DA UNIDADE EXECUTORA 2070.015 (FAPEMIG/PMMG)

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG e o COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS – PMMG, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto nos arts. 21 a 23 do Decreto n. 37.924/1996, no art. 4º, incisos V e VI, art. 5º, inciso VI e art. 6º do Decreto 46.304/2013, RESOLVEM: Art. 1º – Alterar o ordenador de despesas designado pela Portaria Conjunta FAPEMIG/PMMG n. 06/2018, no âmbito da Unidade Executora 2070.015 (FAPEMIG/PMMG), conforme abaixo: I – Dispensar o Ten. Cel. PM Flávio Vieira Medeiros, NR PM 103.872-8, da função de Ordenador de Despesas Titular; II – Designar o Ten. Cel. PM Ronivaldo Gonçalves, NR PM 118.712-9, para a função de Ordenador de Despesas Titular.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, data de assinatura 19 de março de 2020. Ass: Prof. Evaldo Ferreira Vilela - Presidente da FAPEMIG. Coronel Giovanni Gomes da Silva - Comandante-Geral da PMMG.

23 1338130 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Secretária: Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG

Presidente: Patrícia Braga Soares Silva

ATO DA DIRETORA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

ATO Nº 23/2020

A Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças da UTRAMIG, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 47.867, de 03/03/2020eo inciso I, art.2º da Portaria UTRAMIG nº 07, de 08 de abril de 2019, AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS PRÉ-MIO, nos termos do artigo 31, inciso II, da Constituição Estadual de 21/09/1989, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 57 de 15/07/2003, e da Resolução SEPLAG nº. 22 de 25/04/2003, ao servidor José Antônio Pereira de Souza, MASP 1.034.088-3, ocupante do cargo de Assistente de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento, Nível IV, Grau D.Iotado nesta Fundação, por (01) um mês, referente ao 6º quinquênio de exercício, retroagindo seus efeitos a partir de 23/03/2020.

Belo Horizonte, 23 de março de 2020.

Patrícia Freitas de Oliveira Enoque

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças

23 1338311 - 1

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretário: Gustavo de Oliveira Barbosa

Superintendências Regionais da Fazenda - SRF

SRF I - Divinópolis

SRF -I DIVINÓPOLIS

AF/2º NÍVEL DIVINÓPOLIS

Nos termos do artigo 10, § 1º do RPTA, aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, e com a finalidade de procedermos à cobrança administrativa prevista na Resolução – SEF/MG nº. 5.209 de 17 /12/2018 fica o Sujeito Passivo intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que ocorreu a destituição, o cancelamento ou a revogação do parcelamento, o pagamento ou o reparcelamento dos créditos tributários constituído mediante o PTA a seguir relacionado, nos termos da legislação vigente. Informamos que pelo descumprimento à presente intimação, o respectivo PTA será encaminhado à Advocacia Regional do Estado, para inscrição em dívida ativa e execução judicial.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Rua Mato Grosso, nº600, 2º andar. Centro. CEP: 35500-027. Divinópolis/MG.

PTA Nº: 01.00114182-65 de 28/09/2018.

Parcelamento: 12.073709700-21 desistente em 31/01/2020.

Sujeito Passivo: UAI Cel Telefonia Ltda IE: 001322385.01-39. Endereço: Rua Goiás Nº 465. Bairro: Centro. CEP: 35.500.001. Divinópolis-MG.

Coobrigado: Anderson Fernando Silva. - CPF: 089.120.186-63. Endereço: Rua Minas Gerais nº 270. Apto 03. Bairro: Centro. CEP: 35.500-007. Divinópolis-MG.

Divinópolis, 17 de março de 2020.

Ana Cristina Nogueira Gonçalves Couto. Masp: 317.879-5

Chefe da AF/2º Nivel -Divinópolis – em exercício

23 1338470 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

SRF I - Ipatinga

SRF I IPATINGA/AF/2º NÍVEL/MANHUAÇU

Nos termos do artigo 10, § 1º, do RPTA, aprovada pelo Decreto Estadual nº 44.747/08, ficam o sujeito passivo, coobrigado e fiador abaixo identificados, intimados do cálculo saldo remanescente do parcelamento referente ao “NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO” abaixo relacionada.

O Parcelamento nº 13.027300500.45 de 29/04/2019, o qual faz parte o Processo Tributário Administrativo nº 01.000280997.78do sujeito passivo SANTADER LEASING S. A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, foi objeto de CALCULO DO SALDO REMANESCENTE, tendo em vista ter sido considerado parcelamento desistente por omissão no recolhimento das parcelas. Em conformidade com artigos 36 a 40, da Resolução 4560/2013 de 28/06/2013 e Resolução 4563/2013 de 04/07/2013 (RPTA). Informamos que para o pagamento antes da inscrição em dívida ativa e execução judicial, as multas serão reduzidas, bem como a não exigência de honorários advocatícios. O processo permanecerá nesta Administração Fazendária por 10(dez) dias, contados da data desta publicação. Após o prazo de 10(dez) dias, o respectivo processo será encaminhado à Advocacia Regional do Estado Ipatinga para Inscrição em Dívida Ativa e Execução Judicial. Para quaisquer esclarecimentos gentileza comparecer à Administração Fazendária de Manhuaçu, Praça Cordovil Pinto Coelho, nº 145, Centro, Manhuaçu, Minas Gerais.

NL nº 01.000280997-78. Contribuinte – SANTANDER LEASING S. A. ARRENDAMENTO MERCANTIL.CNPJ– 471913149/0001-06. Endereço: Ala Araguaia nº 731 PM SUOER PA A. Bairro: Alphaville Industria. Barueri – SP – CEP: 06455-000. Coobrigado – ALEX BARBOS DE MATOS.Praça Cordovil Pinto Coelho, nº 165, Sala 503- Centro. Manhuaçu – MG – CEP: 36900-103

Manhuaçu, 20 de março de 2020.

Fabricao Carlos Amorim Bicalho – MASP 669.797-3.

Chefe da AF/2º Nivel/ Manhuaçu – SRF Ipatinga

SRF I IPATINGA/AF/2º NÍVEL/MANHUAÇU

Nos termos do artigo 10, § 1º, do RPTA, aprovada pelo Decreto Estadual nº 44.747/08, ficam o sujeito passivo, coobrigado e fiador abaixo identificados, intimados do cálculo saldo remanescente do parcelamento referente ao “AUTO DE INFRAÇÃO” abaixo relacionado.

O Parcelamento nº 13.015869100.11 de 30/10/2013, o qual faz parte o Processo Tributário Administrativo nº 03.000384287-62 do sujeito passivo MARIA DO CARMO SILVA CPF 044.139.736-07, foi objeto de CALCULO DO SALDO REMANESCENTE, tendo em vista ter sido considerado parcelamento desistente por omissão no recolhimento das parcelas. Em conformidade com artigos 36 a 40, da Resolução 4560/2013 de 28/06/2013 e Resolução 4563/2013 de 04/07/2013 (RPTA). Informamos que para o pagamento antes da inscrição em dívida ativa e execução judicial, as multas serão reduzidas, bem como a não exigência de honorários advocatícios. O processo permanecerá nesta Administração Fazendária por 10(dez) dias, contados da data desta publicação. Após o prazo de 10(dez) dias, o respectivo processo será encaminhado à Advocacia Regional do Estado Ipatinga para Inscrição em Dívida Ativa e Execução Judicial. Para quaisquer esclarecimentos gentileza comparecer à Administração Fazendária de Manhuaçu, Praça Cordovil Pinto Coelho, nº 145, Centro, Manhuaçu, Minas Gerais.

AI nº 03.000232502-09 Contribuinte – MARIA DO CARMO SILVA CPF: 044.139.736-07.IE – 001.067004.0010.Endereço: Rua Antonieta Godoy, 294 - Centro Ipanema – MG - CEP 36950-0000.MARIA DO CARMO SILVA Endereço: Rua Teófilo Fernandes, nº 51 – Letra “A” - Centro .Ipanema – MG - CEP 36950-000

Manhuaçu, 20 de março de 2020.

Fabricao Carlos Amorim Bicalho – MASP 669.797-3.

Chefe da AF/2º Nivel/ Manhuaçu – SRF Ipatinga

23 1338474 - 1

SRF I - Juiz de Fora

SRF I /JUIZ DE FORA

AF 1º NÍVEL/JUIZ DE FORA

INTIMAÇÃO

Fica(m) o(s) sujeito(s) passivo(s) cientificado(s), nos termos dos arts. 135, inciso III, e 149, ambos do Código Tributário Nacional, c/c art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/1971, da peça fiscal abaixo descrita, com a inclusão do(s) sócio(s) administrador(es) no polo passivo do respectivo lançamento.

Por se tratar de crédito tributário de natureza não contenciosa, fica concedido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta intimação, para pagamento à vista ou parcelamento do crédito tributário correspondente, nos termos do § 4º do art. 102, do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos deste Estado, aprovado pelo Decreto nº 44.747, de 03/03/2008 - RPTA.

Outras informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Administração Fazendária de 1º Nivel de Juiz de Fora, situada na Rua Halfeld, 422, – Centro – Juiz de Fora – MG – CEP 36.010-000.

PTA nº 05.000307787-79

Sujeito Passivo: Leandro Rodrigues Pereira

CPF: 039.561.276-41, Praça Bianol de Almeida, 39, Centro, Conselheiro Lafaiete - MG.

OBS: Esta publicação substitui e torna sem efeito a publicação do Diário Oficial de Minas Gerais em 17/03/2020 página 15 do autuado mencionado acima.

Juiz de Fora, 20 de março de 2020.

Evaldo Luiz Goulart de Mattos

Chefe da AF/1º Nivel/Juiz de Fora

SRF I /JUIZ DE FORA

AF/ 1º NÍVEL/JUIZ DE FORA

INTIMAÇÃO

Nos termos da legislação vigente, fica(m) o(s) autuado(s) abaixo identificado (s) intimado(s) a promover (em), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o pagamento/parcelamento ou a impugnação do crédito tributário constituído mediante o PTA a seguir relacionado, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais – CC/MG -, favorável à Fazenda Pública Estadual.

Esclarecimentos adicionais, se necessários, poderão ser obtidos na Administração Fazendária de Juiz de Fora, sito à Rua Halfeld, nº 422, Centro, Juiz de Fora – MG.

Auto de Infração nº 01.001444249.49

Autuado: Maiera Stephanie Saionara Alves Silva, CPF: 076.654.386-28, Rua Itália, 404, Aptº 102, Glória, Contagem – MG.

OBS: Torna sem efeito o Edital publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 14/03/2020 página 15 para o autuado acima mencionado.

Juiz de Fora, 20 de março de 2020.

Evaldo Luiz Goulart de Mattos

Chefe AF/1º Nivel/Juiz de Fora

SRF I /JUIZ DE FORA

AF 1º NÍVEL/JUIZ DE FORA

INTIMAÇÃO

Fica o Sujeito Passivo Organza Roupas e Acessórios Ltda, cientificada nos termos do artigo 115 do RPTA, aprovado pelo Decreto 44.747/2008, do prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta publicação, como impugnante, do Auto de Infração n.º 01.001424-730-71, em nome de Organza Roupas e Acessórios Ltda, IE: 002.269132-0057, localizada a Avenida Sinfônio Brochado, n.º 41 – Barreiro – Belo Horizonte – MG, a sanar as irregularidades concernente a representação processual da impugnação apresentada, conforme Ofício 013/2020 de 04 de fevereiro de 2020 da AF/1º Juiz de Fora.

Para maiores esclarecimentos, os mesmos deverão dirigir-se à Administração Fazendária 1º Juiz de Fora, localizado na Rua Halfeld, 422, – Centro – Juiz de Fora – MG – CEP 36.010-000.

Juiz de Fora, 20 de março de 2020.

Evaldo Luiz Goulart de Mattos – 262.535-8

Chefe AF1º Nivel - Juiz de Fora

23 1338477 - 1

MINAS GERAIS - CADERNO 1

SRF I - Uberlândia

SRF I - UBERLÂNDIA

PORTARIA Nº 002/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Estabelece os horários de atendimento ao público externo nas Administrações Fazendárias da Superintendência Regional da Fazenda I de Uberlândia.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA FAZENDA - SRF I UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Parágrafo único do art. 4º da Resolução nº. 3.452, de 24 junho de 2003, alterado pela Resolução nº 5.019, de 09 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido que a partir de 23 de março de 2020, para todas as Administrações Fazendárias e Delegacias Fiscais circunscritas à SRF Uberlândia, o horário de atendimento ao público externo, durante os dias em que houver expediente normal nessa Repartição, será realizado no horário de 13:00 às 17:00 horas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 23 de março de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Superintendência Regional da Fazenda I – Uberlândia, em Uberlândia (MG), aos 20 de março de 2020.

Esly Winder Ribas Rocha

Superintendente Regional da Fazenda – SRF/Uberlândia

23 1338581 - 1

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA I/UBERLÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

1º NÍVEL/UBERLÂNDIA

INTIMAÇÃO

Fica o sujeito passivo intimado a promover, no prazo de 30 (trinta)dias, a contar desta publicação, o pagamento/parcelamento/Impugnação do crédito tributário constituído mediante o PTA a seguir relacionado lavrado pela Delegacia Fiscal de Uberlândia, nos termos da legislação vigente, sob pena de revelia e reconhecimento do crédito tributário, circunstância em que a peça fiscal será encaminhada para inscrição em dívida ativa e execução judicial, inclusive no caso de decisão irrecorrível no CCMG, favorável à Fazenda Pública Estadual. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Praça Tubal Vilela, nº 165 – 2º andar, Centro.

1. PTA: 01.001484033-34

Sujeito Passivo: José Cândido Batista

IE/CPF/CNPJ: 320.534.366-20

End: Rua Coelho Neto, nº 162, Uberlândia/MG.

Uberlândia, 23 de março de 2020.

Marden de Sousa Silva - Masp. 339.589-4

Chefe da AF/1º Nivel/Uberlândia e. e.

23 1338479 - 1

SRF II - Varginha

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA/GUAXUPÉ

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

INTIMAÇÃO

Nos termos do art.149 do CTN, procede-se a retificação da peça fiscal em referência. Assim, nos termos do artigo 120,§ 2º, do RPTA/ MG(Decreto Estadual nº 44.747/2008), fica reaberto o prazo de 10 (dez) dias a contar desta publicação, para aditar a Impugnação ou efetuar o pagamento/parcelamento do valor remanescente com as reduções previstas na legislação em vigor. Maiores esclarecimentos e/ou vista dos autos poderão ser obtidos nesta repartição fazendária situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 320- Centro- 37800-000- Guaxupé-MG. Número do AI/PTA 01.001235652-25

Sujeito Passivo (Coobrigado): JOÃO BATISTA MAGALHÃES

CPF: 120.499.278-94

Endereço: Rua Francisquinho Dias, 534 – apartamento 21 -Bairro: Centro - São José do Rio Pardo – SP CEP 13.720-000

Guaxupé, 19 de março de 2019

Renato de Oliveira Gomes – Masp 669173-7

Chefe AF/Guaxupé

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA II VARGINHA

DELEGACIA FISCAL

2º NÍVEL/VARGINHA

TERMO DE CIENTIFICAÇÃO(AIAF)

Nos termos do inciso I do art. 69, no Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos-RPTA - Decreto Nº 44.747 de 03-03-2008, fica o contribuinte abaixo identificado, cientificado através do Auto de Início de Ação Fiscal-Nº 10.000033852.37 de 17/03/2020 do início de auditoria fiscal em seu estabelecimento, tendo como objetivo a verificação do cumprimento de obrigações principal e acessória, inclusive escrituração contábil, previstas na legislação tributária e societária vigente. Nos termos do art. 70 do RPTA/MG, informamos que o período a ser fiscalizado é de 23/03/2019 a 30/08/2019. Objeto da auditoria Fiscal: Levantamento 'quantitativo financeiro diário". O início desta ação fiscal impossibilita a denúncia espontânea de irregularidades tributárias relacionadas ao seu objeto e período de fiscalização, nos termos do art. 207 do RPTA/MG, observado o disposto no § 4º do art. 70 do mesmo diploma legal. Requisitos através deste, para apresentação (x) imediata, na repartição fazendária-Delegacia Fiscal de Varginha localizada na Avenida Celina Ferreira Ottoni, 39 – Jardim Vale dos Ipês – Varginha/MG CEP: 37.026-575, a seguinte documentação: 1- Livros de Movimentação de Combustível-LMC, do período de 01/03/2019 a 30/08/2019, impressos,encadernados e assinados pelo sócio administrador ou representante legal; 2- DANFES- aquisição de combustíveis e lubrificantes do mesmo período acima; 3- Relatórios de Manutenção de Bombas de Abastecimento do mesmo período.

Empresa: Paiva & Paiva Comércio de Combustível Ltda

IE: 002060775.00-22

CNPJ: 17.189.948/0001-30

Endereço: Praça Getúlio Vargas, nº 70-Centro

Município: Varginha/MG

CEP: 37002-035

Varginha,18 de março de 2020

Marcelo Henrique Silveira

Delegado Fiscal

23 1338485 - 1

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

Secretário: Marco Aur